



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

Editorial

X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro

X National Meeting on Coastal Management

Em 2018, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil – GERCO – completa 30 anos de história, contados a partir da promulgação da Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei Federal 7.661/88). Desde então, alguns avanços são percebidos, mas inúmeros desafios nos restam para que a gestão da zona costeira brasileira seja eficaz e adequada dos pontos de vista ecológico, econômico e social.

Essa edição especial da revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)* traz os principais resultados apresentados durante o X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, realizado em junho de 2017. Os textos refletem a realidade de costa brasileira, as necessidades, as oportunidades e as tendências recentes do gerenciamento costeiro. A diversidade de temas que a gestão costeira abarca é aqui representada. Ferramentas de gestão, espaços naturais protegidos, proteção costeira, ordenamento territorial, pesca, portos, turismo, entre outros tantos

assuntos que tornam o estudo e a gestão da zona costeira tão desafiadores.

O primeiro bloco de manuscritos traz à luz a gestão costeira com base ecossistêmica, demonstrando a conveniência desta abordagem e as possibilidades de aplicação em casos reais, do ordenamento territorial à gestão ambiental de portos, passando pela gestão da pesca e de demais usos e atividades antrópicas presentes no nosso litoral, assim como apresentado por Asmus e colaboradores. Exemplos estes demonstrados nos outros trabalhos que se seguem, como o de Lima e colaboradores, que apresenta a base ecossistêmica para a gestão da Ilha de Santa Catarina (SC). Já Tagliani expõe a necessidade de compreensão das funções ecossistêmicas de cada território a ser gerido. Outros dois artigos apontam para aplicações diretas da gestão com base ecossistêmica, seja para a pesca, como em Costa e Asmus, ou ainda na gestão ambiental de portos, registrada por Andrade e colaboradores.

Trabalhos sobre a importância da efetiva participação social nas questões de gestão do espaço costeiro, seja na orla marítima, nas praias, em áreas protegidas, ou ainda em atividades como a pesca, estão presentes nesta edição. Abrahão e Asmus analisaram o sistema da governança em Unidades de Conservação. Marcelino traz a aplicação de ferramentas participativas que permitem agregar conhecimento técnico ao tradicional local. Já Oliveira, Santos e Turra concluem que a percepção ambiental e o envolvimento dos atores em processos de gestão estão relacionados com o conhecimento sobre a área. Por sua vez, Walter e colaboradores aportam a importante discussão sobre a gestão pesqueira e a injustiça ambiental, salientando a dependência dos pescadores de um ambiente ecologicamente adequado.

A gestão da pesca aparece como um dos principais desafios da gestão dos usos e das atividades marinhas, assim como apresentado por Souza e Freitas, que trabalharam com a perspectiva de um mapeamento participativo para a pesca de emalhe, ou ainda os modelos propositivos para a gestão pesqueira e ambiental, trazidos para a discussão por Mattos e Ferreira.

Também a antropização do espaço costeiro, por meio da urbanização, do turismo e da alteração da linha de costa, é motivo para inquietação e um grande desafio para a gestão da zona costeira. Neste sentido, Martelo e Nicolodi trazem a perspectiva da proteção costeira pela manutenção das dunas costeiras e do importante serviço ecossistêmico de minimização de inundações e riscos na franja de orla que proporcionam. Por outro lado, Munari, Assunção e Menezes trabalham com as alterações socioambientais no entorno de lagoas costeiras e seus impactos. Martins e colaboradores abordam a

necessidade de um planejamento territorial estratégico como ferramenta de gestão territorial eficiente, tema também apontado por Cunha, Lobato e Barreto no que tange ao planejamento do transporte hidroviário nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul.

Diferentes usos e atividades na zona costeira são gerados por diferentes interesses e envolvem diferentes atores, políticas públicas e normas. Essa confluência de assuntos pode levar a conflitos socioambientais, tema de dois artigos desta edição: conflitos em uma unidade de conservação, apresentado por Santos, Barros e Santos, e gerenciamento de conflitos em uma praia, escrito por Santos e Barros.

A efetividade de áreas protegidas na zona costeira brasileira é destaque em outros dois artigos. Prestes, Perello e Gruber trabalham com as Áreas de Proteção Ambiental e Sousa e Serafini analisaram as unidades de conservação nas zonas costeira e marinha do Estado de São Paulo. Ambos os artigos salientam a necessidade de uma gestão eficaz para que as UCs possam cumprir seu papel de conservação ambiental e justiça social.

Por fim, no último bloco, esta edição também traz reflexões sobre os instrumentos de gestão costeira estipulados pelo GERCO. As análises de instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico, aportadas por Nicolodi e colaboradores, ou dos Planos de Gerenciamento Costeiro, apresentadas por Guião e Scherer, ou ainda sobre os dados disponíveis para a realização do tão necessários Planejamento Espacial Marinho, discutidas por Gandra, Bonetti e Scherer, brindam o leitor com subsídios para avaliar o gerenciamento costeiro no Brasil. Esta avaliação é justamente o tema do trabalho que fecha esta edição, em uma comparação do gerenciamento costeiro no Brasil desde a União até o município (Florianópolis), apresentado por Scherer, Asmus e Gandra.

Assim, acreditamos que esta edição de 23 artigos expõe temas importantes e urgentes para o gerenciamento costeiro no Brasil, representando, também, a capacidade de nossa comunidade acadê-

mica costeira de gerar artigos científicos sobre um tema destacadamente multidisciplinar.

Boa leitura!

Marinez E. G. Scherer
Milton L. Asmus
Organizadores